

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.433.303 - SP (2019/0014719-8)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : NOTRE DAME INTERMEDICA SAUDE S.A
ADVOGADO : DANILO LACERDA DE SOUZA FERREIRA - SP272633
AGRAVADO : ASSOCIACAO FAZENDA VILA REAL DE ITU
AGRAVADO : CONDOMINIO FAZENDA VILA REAL DE ITU
ADVOGADOS : FERNANDO BRANDÃO WHITAKER - SP105692
RODRIGO VIEIRA DE SOUZA - SP367559

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. PLANO DE SAÚDE. RESCISÃO UNILATERAL PELA OPERADORA DO PLANO DE SAÚDE. PRETENSÃO DOS AUTORES À MANUTENÇÃO OBRIGATÓRIA DO CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE. POSSIBILIDADE DE RESCISÃO UNILATERAL. CONTRATO COLETIVO EQUIPARADO A CONTRATO INDIVIDUAL. DEFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL E INCOMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. SÚMULA Nº 284 DO STF, POR ANALOGIA. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

ASSOCIAÇÃO FAZENDA VILA REAL DE ITU e CONDOMÍNIO FAZENDA VILA REAL DE ITU (ASSOCIAÇÃO e CONDOMÍNIO) promoveram ação declaratória contra NOTRE DAME INTERMEDICA SAÚDE S.A. (NOTRE DAME), que foi julgada procedente.

NOTRE DAME apelou. O Tribunal *a quo* deu parcial provimento ao recurso, nos seguintes termos:

AÇÃO DECLARATÓRIA. Plano de saúde. Rescisão unilateral pela operadora do plano de saúde. Pretensão dos autores à manutenção obrigatória do contrato de plano de saúde. Possibilidade de rescisão unilateral. Ré que, no entanto deve colocar à disposição dos autores opção por plano individual sem carência com preço de mercado, o que fica observado. Contrato coletivo equiparado a contrato individual. Recurso parcialmente provido, com observação (e-STJ, fl. 429).

Os embargos de declaração opostos por NOTRE DAME foram rejeitados (e-STJ, fls. 446/449).

Nas razões do especial, interposto com base no art. 105, III, c, da Constituição Federal, NOTRE DAME apontou dissídio jurisprudencial sustentando que é válida a rescisão contratual pretendida pela recorrente e que não há qualquer obrigação da operadora em oferecer plano de saúde individual/familiar aos beneficiários do plano rescindido, pois a operadora não comercializa mais tal modalidade.

Em juízo de admissibilidade, a presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo inadmitiu o apelo nobre. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial.

Contraminuta foi apresentada (e-STJ, fls. 500/509).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que o presente agravo em recurso especial foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Observa-se, que não foi feita a indicação clara e precisa dos dispositivos de lei federal em torno dos quais haveria divergência jurisprudencial, o que evidencia a deficiência na fundamentação do recurso, a atrair o óbice da Súmula nº 284 do STF.

A propósito:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ERRO MÉDICO. RESPONSABILIDADE. DANOS MORAIS. VALOR DA INDENIZAÇÃO. PENSÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REAVALIAÇÃO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO OU OBJETO DE INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. SÚMULA N. 284/STF. DECISÃO MANTIDA.

(...)

4. O conhecimento do recurso especial, fundamentado na alínea "a" ou na alínea "c" do permissivo constitucional, exige a

indicação dos dispositivos legais supostamente violados ou que foram objeto de interpretação divergente. Ausente tal requisito, incide a Súmula n.

284/STF.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1034448/AM, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, DJe 16/06/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. HOSPITAL E COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE. VÍNCULO. RECONHECIMENTO NA ORIGEM. INVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

INCIDÊNCIA. DANO MORAL. VALOR RAZOÁVEL. SOFRIMENTO FETAL. RECÉM-NASCIDO. SEQUELAS GRAVES E PERMANENTES. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. DISPOSITIVO LEGAL OBJETO DA INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA Nº 284/STF. APLICAÇÃO ANALÓGICA.

(...)

3. Se nas razões de recurso especial não há sequer a indicação de qual dispositivo legal teria sido objeto de interpretação divergente, aplica-se, por analogia, o óbice contido na Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, a inviabilizar o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional.

4. Agravo interno não provido

(AgInt no AREsp 970.226/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, DJe 1/6/2017)

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

MAJORO em 5% o valor dos honorários advocatícios sucumbenciais fixados em desfavor de NOTRE DAME, nos termos do art. 85, § 11, do NCPC.

Por fim, advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO
Relator

